

**O GENOCÍDIO ESQUECIDO:
OS ESTADOS UNIDOS IMPÕE SEU CONTROLE SOBRE AS FILIPINAS
(1899-1913)**

Moisés Wagner Franciscon

Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá
E-mail: mw.franciscon@hotmail.com

Recebido em: 21 ago. 2013
Aceito em: 01 out. 2013

RESUMO

A maioria dos estudos atuais sobre genocídios reforça a ideia de que estes ocorrem apenas em regimes ditatoriais, por razões ideológicas e culturais. Várias práticas anteriormente descritas de outra maneira passaram a ser consideradas como genocídio. Contraditoriamente, a ação americana promovida para subjugar as Filipinas (1899-1913), com um saldo de 10% da população local morta, tende a ser vista sob vários atenuantes criados pelo discurso político e midiático da época. Inicialmente há uma tentativa de conceituação de genocídio. Segue-se a descrição do caso filipino e sua caracterização como tal.

Palavras-chave: genocídio, Estados Unidos, Filipinas, geopolítica.

ABSTRACT

Most current studies on genocide reinforces the idea that these occur only in dictatorial regimes, because ideological and cultural reasons. Several practices described above otherwise will be considered as genocide. Paradoxically, the American action promoted to subdue the Philippines (1899-1913), with a balance of 10% of the local population dead, tends to be viewed under various extenuating created by the media and political discourse of the time. Initially there is an attempt conceptualization of genocide. The following is the description of the case Philippine and its characterization as such.

Keywords: genocide, United States, Philippines, geopolitics.

RESUMEN

La mayoría de los estudios actuales sobre el genocidio refuerza la idea de que esto ocurre sólo en los regímenes dictatoriales, debido a razones ideológicas y culturales. Varias prácticas descritas anteriormente de otro modo eran consideradas como genocidio. Paradójicamente, la acción estadounidense promovida a someter a las Filipinas (1899-1913), con un saldo de 10% de la población local muerta, tiende a ser visto bajo varias atenuantes creadas por los medios de comunicación y el discurso político de la época. Inicialmente hay un intento de conceptualización de genocidio. Lo que sigue es la descripción del caso de Filipinas y su caracterización como tal.

Palabras clave: genocidio, Estados Unidos, Filipinas, geopolítica.

1 INTRODUÇÃO - UMA CONCEITUAÇÃO DE GENOCÍDIO

O conceito de genocídio não deveria guardar muitos segredos. É um neologismo cunhado pelo advogado judeu polonês Raphael Lemkin no ano de 1944, em seu livro *Axis Rule in Occupied Europe*. Apesar do sucesso da nova palavra, ela não foi empregada pelas Nações Unidas quando organizaram os Julgamentos de Nuremberg, preferindo o termo de crime contra a humanidade. Foi transformado em termo jurídico em 1948, com a Convenção para a Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio (CPPCG). O sentido do vocábulo era bem claro. Um hibridismo do radical grego *geno*-tribo ou raça, e do latim *cídio*-assassinato. Portanto, versava sobre a tentativa de destruição de um grupo unido por características físicas ou religiosas. Necessitava ser um neologismo pois essa prática era recente¹. Com o tempo, o conceito foi esticado em múltiplas direções, confundindo-se com outros conceitos e criando todo tipo de embaraço².

Mas para o regime nazista os judeus continuavam a ser considerados como inimigos, a constituir uma ameaça para o modo de vida ariano e a vitória só seria obtida com o fim físico do inimigo. Civis alemães não são uma ameaça militar maior que civis judaicos, que poderiam (como foram) constituir-se em foco de tumultos e rebeliões. O conceito de Andreopoulos foi criado a partir da compreensão que legitima a ação aliada

¹ Na Antiguidade, quando se processavam guerras de extermínio, como as Guerras Púnicas, pretendia-se eliminar o inimigo concebido numa dada área a ser ocupada ou em um ponto sucessível à resistência. Por mais que os cartagineses fossem execrados – como a imagem de mercadores trapaceiros dos discursos de Cícero aponta – não se processou uma corrida para o extermínio dos cartagineses fora de Cartago (exceto, é claro, por aqueles que eram vistos como uma ameaça. Como era o caso de Aníbal Barca, morto na Bitínia, longe de sua terra natal). Cartagineses continuaram a habitar lugares como as Baleares, preservando rastros de sua civilização. Cidades cartaginesas que mudaram sua lealdade rapidamente, não só foram poupadas como recompensadas, como foi o caso de Útica, transformada em capital provincial romana (província da África). Mesmo os habitantes de Cartago que sobreviveram ao cerco e à matança de seis dias, não foram trucidados em seguida. Foram vendidos como escravos (WALBANK; ASTIN; FREDERIKSEN; OGILVIE, 1989). Para Jones, entretanto, não se tratava de algo novo. Sua concepção mais ampla o leva a citar Leo Kuper: “a palavra é nova, o conceito é antigo” (JONES, 2011, p.3).

² Outra área de discórdia é a conexão entre crimes de guerra e genocídio. Kuper argumentou que o bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki, o padrão de bombardeio de Hamburgo e Dresden, e o bombardeio incendiário de Tóquio constituem genocídio. Kuper acredita que o alvo em civis foi resultado de uma mudança na natureza da guerra “e os meios tecnológicos para a aniquilação instantânea de grandes populações, cria a situação condutiva para o conflito genocida”. Populações civis, sejam elas alemãs ou japonesas, foram miradas por serem alemães ou japoneses com a intenção de destruí-los; assim, sua pretendida vitimização cai sob disposições de uma Convenção Genocida. A asserção de Kuper é problemática. Tal como Fein e Chalk argumentam, essa perspectiva funde o conceito de crimes de guerra e genocídio. As populações civis foram alvo como inimigos em guerra e não como grupos a ser destruídos independente de um desafio ou ameaça para o perpetrador. A distinção crítica suportada em mente é a extensão que a matança teria continuado após a guerra terminar e japoneses e alemães não serem mais considerados inimigos. Um dos elementos-chave para a definição de genocídio feita pela Convenção [de Haia] é o intento do perpetrador de destruir um certo grupo determinado. Como mencionado anteriormente, o preciso significado da cláusula da intencionalidade moveu um debate considerável entre especialistas: em particular, o caminho em que o intento do perpetrador pode ser demonstrado ao contrário, o motivo, “a contabilidade social do autor para sua ação”. A confusão usualmente deriva de uma relutância universal dos regimes genocidas a admitir que suas políticas repressivas visavam a destruição de um grupo alvo; em vez disso, um conjunto de explicações são usualmente oferecidas variando do reestabelecimento da lei e da ordem (a guerra química iraquiana contra os curdos) à classificação das vítimas como mortes em combate (uma das explicações oferecidas pelo governo turco para o genocídio armênio). [...]. Para Charny, o critério de intencionalidade é irrelevante; ele usa o termo genocida indiscriminadamente para se referir a “matança massiva de um substancial número de seres humanos, quando não uma ação militar em curso contra as forças militares de um inimigo confesso, sob as condições de um essencial desamparo e inofensibilidade das vítimas”. De acordo com ele a questão de definições discriminatórias não podem conduzir “a atribuição de valores hierárquicos para diferentes tipos de chacina em massa”. Enquanto corretamente adverte contra alguns dos perigos do excessivo “definicionismo”, sua rotulagem genérica da maioria dos assassinatos em massa como genocídio levará a questões concernentes ao seu valor analítico (ANDREOPOULOS, 1997, p.6-7, tradução livre).

durante a Segunda Guerra e que desconsidera a compreensão similar defendida por nazistas. Por isso torna-se falho.

Inferir o dolo ou não ao se eliminar grupos específicos também constitui-se num grande desafio para o historiador. É, em geral, o palco para a atuação política. Ações repetitivas ou coordenadas podem indicar a coordenação e planejamento do morticínio, mas nem sempre pode ser estabelecido com clareza e se tornar um consenso. Ainda assim Andreopoulos coloca um questionamento importante: o conceito, como vêm sendo estendido paulatinamente com o tempo, tem assumido a característica de qualquer ação violenta, chacina ou massacre, de dimensões e características variadas³.

Shaw demonstra que o conceito perdeu suas raízes analíticas, passíveis de uma compreensão sociológica, para receber um uso preferencialmente descritivo e retórico ou fragmentado numa série de novos conceitos⁴. Na sua trilha surgiram termos como etnocídio, naçãocídio, racicídio, culturacídio, religiocídio, generocídio, urbecídio, politicídio e classicídio. O termo ganhou uma notável instrumentalização política e termos como descossaqueização e holocausto ucraniano ou holodomor⁵ ganharam espaço na mídia, na política e no meio acadêmico. Há uma conseqüente relação entre a vitimização, o nacionalismo e identidade de grupo. A questão identitária, de reconhecimento e caracterização de um grupo como inimigo a ser eliminado, é atingida por Shaw⁶.

³ Na literatura “purificante”, “genocídio” foi redefinido como a forma extrema de um fenômeno mais amplo. Isso corresponde aproximadamente a visão legal que o genocídio é um tipo específico de assassinato político criminoso, para ser colocado junto com as classes mais amplas de crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Embora estas distinções categóricas são evidentemente insuficientes para fins sociológicos, eles influenciaram a literatura, sugerindo que o genocídio é apenas uma forma de violência dirigida contra grupos civis, ao invés de - como Lemkin originalmente havia proposto - um quadro geral para entendê-lo. Em resposta a esta categorização, a literatura rapidamente viu uma proliferação ad hoc de conceitos para descrever “outras” formas de violência. Assim, “purificação étnica” é apenas o exemplo mais proeminente de uma tendência mais ampla que tem confundido o entendimento de genocídio (SHAW, 2013, p.63, tradução livre).

⁴ “Uma proliferação conceitual do genocídio, tornado em múltiplos “cídios”. Extrapolando a barreira tradicional que separava alvos étnicos-religiosos de políticos. A antiga aproximação de matança com destruição social tem sido abandonada por uma redução do genocídio como matança apenas. No máximo, uma forma especial de violência. Assim surgiram conceitos: “Rudy Rummel propôs “democídio” – “o assassinato de qualquer pessoa ou povo por um governo, incluindo genocídio, politicídio e assassinato em massa” – um conceito abrangente para todos os tipos de matança [...]. Isto categoriza um único agente do morticínio: por focar apenas em governantes ele separou artificialmente mortes governamentais das paramilitares e “societárias”. E isto separou o massacre de outras coerções políticas e a violência com a qual é usualmente intimamente ligada” (SHAW, 2013, p.64).

⁵ Os interesses políticos em torno do reconhecimento do holodomor são melhor explicitadas por Beachler (2011, p.147). “Muitas comunidades da diáspora continuam profundamente empenhadas em assegurar o reconhecimento oficial e semioficial de que os seus antepassados foram vítimas de genocídio. O ex-presidente ucraniano, Viktor Yushchenko, que deixou cargo em 2010, dedicou uma quantidade considerável de tempo e esforço para promover a afirmação de que a fome na Ucrânia, em 1932 e 1933 foi um ato deliberado de genocídio pelo governo soviético (Não surpreendentemente, há um debate significativo sobre alegações de genocídio na Ucrânia, no meio acadêmico e político). A causa da Ucrânia pelo reconhecimento de genocídio tem sido apoiada vigorosamente no Canadá, onde há uma grande população (mais de 1 milhão de pessoas), de ascendência ucraniana. Na visita ao Canadá em 2008, Yuschenko focou principalmente em duas questões: a adesão à OTAN da Ucrânia e o reconhecimento oficial da fome como genocídio”.

⁶ Se nós rejeitamos a definição de alvos genocidas por tipos particulares de identidade, ou por critérios de grupos reais, parece que estamos a ficar sem denominador comum, exceto para esses grupos que são definidos pelos seus agressores. No entanto, enquanto genocidistas de fato definem as características particulares dos grupos alvo, eles obviamente não definem genocídio em geral [...]. Embora pessoas sejam marcadas por suas identidades particulares e não porque são “civis”, todos os grupos ou populações visadas em um genocídio são esmagadoramente de caráter civil, e é esta sua identidade civil que faz com que sejam alvos para o genocídio. É fato que os perpetradores de genocídio estão geralmente organizadamente armados e militarizados, enquanto as vítimas estão geralmente desarmadas e sem organização militar, o que diferencia esta forma de violência política das demais. O elo perdido dos estudos do genocídio é o núcleo social da distinção entre combatentes e civis (ou não combatentes) (SHAW, 2013, p.113, tradução livre).

Não existe o grupo definido, porque em geral, estes são definidos pelo “outro” e não por si mesmos, com uma identidade coesa ou alguma noção de pertencimento a um grupo. Mas Shaw se aproxima de Andreopoulos ao estipular que em uma guerra entre nações e forças armadas organizadas, a população civil é vista como parte do maquinário de guerra e que portanto está sujeita às casualidades da guerra. Já o genocídio seria praticado diretamente sobre um grupo desarmado, identificado ou criado conceitualmente pelo agressor, seja um Estado ou não, mas sempre devidamente armado e organizado. “Hard power sendo usado para destruir soft power” (SHAW, 2013, p.112). A meta da ação genocida também é ponto de discórdia, exatamente pelo fator da intencionalidade e a dificuldade em comprová-lo, mas também por tendências a generalizar demais os objetivos do perpetrador, como se toda perseguição ou chacina fosse fruto de um projeto de extermínio total de um grupo⁷.

Bartov (2000) considera o genocídio como uma marca característica do século XX. Posição bem diferente da tomada por Totten & Bartrop⁸, por exemplo, que definem genocídio em seu dicionário sobre o tema: “Genocídio é uma palavra nova para uma prática antiga, e tem tomado muitas formas no passado. No mundo antigo, a destruição de grupos inteiros foi bastante comum que podemos identificar um padrão na literatura de exterminação total aparecendo regularmente” (TOTTEN, BARTROP, 2008, p.15), ou Jones (2011).

Para Bartov, o genocídio é um aspecto particular do século XX devido a algumas características básicas entrelaçadas: um conflito militar levado às últimas consequências ou guerra total, o assassinato em massa da população civil e na compreensão de que esses civis são portadores de uma identidade comum nociva e de alguma maneira ameaçadora. Dessas três características, apenas o conceito de guerra total estava ausente nos eventos que Totten e Bartrop classificam como genocídios na Idade Antiga⁹.

⁷ “Os objetivos do genocídio são orientados para a destruição/erradicação do grupo vítima, se este é definido em termos físicos ou inclui o “genocídio cultural” [...]. Mas, além disso, o elemento de motivação é pouco consensual. Lemkin designou diretamente os “objetivos” genocidas, como a “desintegração das instituições políticas e sociais da cultura, da língua, dos sentimentos nacionais, da religião e da existência econômica de grupos nacionais”. Bauer também enfatiza a “desnacionalização”; Martin Shaw, o desejo de destruir de um poder social coletivo (geralmente uma minoria). Dadrian e Horowitz especificaram que o genocídio mira grupos de “cujo extermínio final é considerada desejável e útil”, enquanto Horowitz salienta o desejo do Estado “de garantir [sic] a conformidade e participação dos cidadãos. Quanto à escala, isso varia de Steven Katz e o alvo como um grupo vítima “em sua totalidade” e a “erradicação total” de Sémelin, até a frase “no todo ou em parte” (Harff, a Convenção das Nações Unidas, a minha modificação da definição de Katz) e “no todo ou em grande parte” (Wallimann e Dobkowski). Irving Louis Horowitz enfatiza a dimensão absoluta do assassinato “em massa” “do qual o genocídio é um sinônimo”. Alguns estudiosos mantêm um silêncio respeitoso sobre o assunto, embora o elemento de massa ou perdas “substanciais” parece implícita nos casos que eles selecionam e nas análises que eles desenvolvem” (JONES, 2011, p.22, tradução livre).

⁸ Os autores seguem com a descrição do genocídio no mundo antigo e o apresentam como uma ocorrência com alguma frequência: “A Bíblia hebraica contém um número de passagens importantes que se referem à destruição em massa que hoje seria identificado como genocídio (ver, por exemplo, Deuteronômio 7). Os gregos se dedicaram à prática amplamente. Um exemplo bem conhecido, entre muitos narrados, é a de Tucídides (c. 471-399 a.C.), no caso dos habitantes da ilha de Melos. Os romanos, também, cometeram o genocídio, em vários locais, principalmente no destino que se abateu sobre os habitantes do arqui-inimigo de Roma, Cartago, em 146 a.C., em que a população foi destruída e a terra em que vivia foi repovoada. No rescaldo das vitórias romanas sobre os judeus da Palestina (Judéia), durante os séculos I e II d.C.” (TOTTEN; BARTROP, 2008, p.15). Bartov prefere ver a Antiguidade como uma fonte para o ideário dos genocídios do século XX. Afirma que foi da noção entre barbarismo e civilização, e de seus respectivos limites, que surgiram as identidades e hierarquias que embasariam os projetos políticos e justificariam as ações genocidas.

⁹ “A guerra moderna e o totalitarismo, portanto, necessitam conceber soluções finais em que a humanidade é vista como uma massa de matéria a ser moldada, controlada, movida, purgada e aniquilada. É uma conceituação de mundo “biologizante” da sociedade e “sociologizante” da biologia; a humanidade torna-se um organismo que necessitam de cirurgia radical, ou uma construção social na necessidade de reordenação sociológica extrema. Daí as vastas transferências de população, operações brutais de limpeza étnica, a erradicação de classes sociais inteiras, e, finalmente, genocídio de imediato, a solução mais definitiva de todos. Se o mundo moderno tem aprendido a prolongar a vida, ele também chegou a pensar na morte como

Mais uma vez, alguns regimes estão automaticamente excluídos da possibilidade de cometer genocídios. Este era uma impossibilidade antes da aplicação pelas forças armadas e pelo Estado, durante a Primeira Guerra Mundial, dos conceitos de guerra total como formulados por Clausewitz. Não existiria, portanto, genocídio antes de 1914. Uma condição necessária seria a existência de um regime totalitário como perpetrador do evento. Por mais que esse conceito seja pífio e promotor de uma orientação na análise de sociedades, mais encobrindo, enganando e preocupada com uma retórica específica do que com a realidade concreta subjacente e conflitante com a imagem criada (LEWIN, 1988), ele é justificado por Bartov. Assim, é impossível uma democracia liberal cometer tal crime. Outra característica é a visão de um mundo ao mesmo tempo laico (ou ateu) e mistificado, com uma religião política. Agora são nações portadoras de uma religião que são incapazes de cometer genocídios. Talvez devêssemos pensar em religião em determinada época ou em apenas uma religião e não qualquer uma (desde que não sejam as referidas religiões de Estado ou ideologias políticas de fundo religioso), já que o autor comenta a existência de outra idade do “pesadelo” com as conflagrações religiosas da Idade Média e início da Idade Moderna. Igualmente baseadas em uma utopia que produziria e distanciaria grupos identitários. Em todo caso, para Bartov, a influência da filosofia (por exemplo, com as doutrinas de Clausewitz), da cultura ou da ideologia seriam fundamentais para o desenlace do genocídio.

Elabora-se conceitos que percebem o genocídio apenas como resultado de ideologias diferentes da democracia liberal, em polos mais extremos do espectro político – mais à direita, com o fascismo, ou mais à esquerda, com o comunismo). Por mais que as hipóteses de Bartov sejam fracas, limitantes ou promovam uma confusão conceitual, algumas ideias são interessantes. Como é o caso de sua afirmação que as identidades não se gestam apenas do lado do agressor, identificando, caracterizando e generalizando vítimas individuais num corpo que, para ele, parece ser homogêneo e natural. O “outro” a partir do qual aprimora os traços da identidade e da auto representação de seu próprio grupo, carregado de atributos positivos, como oposto àquele¹⁰. Esse processo também ocorre do lado da vítima. Ela desenvolve seu campo normativo, transforma ou reforça a imagem que faz de si, de seu grupo, de sua história, por pressão e por antagonismo com o algoz ou rival. Seria o caso, por exemplo, da comunidade judaica¹¹. Pensamento mais rico

o fim absoluto da existência. Uma vez que o pós-vida foi descartado e tanto o paraíso e o inferno tornaram-se meras metáforas para descrever (ou servir de modelo para a criação de) condições em nosso próprio mundo, a morte tem assumido uma função mais importante do que nunca, e o assassinato em massa pode ser visto como tanto uma meta alcançável quanto um meio perfeito para a resolução de problemas anteriormente insolúveis” (BARTOV, 2000, p.159-160, tradução livre).

¹⁰ Como aponta Harris: “Eu vejo o conflito filipino-americano como um momento significativo na história norte-americana, não só porque ele sinaliza a emergência dos Estados Unidos como uma potência mundial, mas porque a retórica da identidade americana empregada para debater os custos de anexar as Filipinas ecoam assustadoramente no debate atual sobre as responsabilidades globais da América. O tema soou na retórica política contemporânea e está enraizada em construções do século XIX, de quem somos e do que as nossas relações com outras nações deveriam ser” (HARRIS, 2011, p.6). Assim a guerra de insurgência na Filipinas levou a um novo reforço da identidade nos Estados Unidos, como protestante, branco e com uma missão civilizatória, um mandato divino com permissão para usar a força, e uma nova forma de identificação dos povos em seu quintal americano, igualmente católicos e de colonização ibérica.

¹¹ “Esta foi apenas uma parte do relacionamento conturbado entre inimigos e vítimas no discurso israelense sobre a identidade nacional. O Sionismo havia se formado na Europa como uma reação ao antisemitismo político, a visão de que ‘o judeu’ era o inimigo mais perigoso e ainda evasivo da sociedade europeia. Os sionistas, por sua vez, apresentaram a sociedade europeia gentia como o maior perigo para a existência judaica e promoveu a ideia de um Estado judeu, aplicando-se a ele o próprio modelo de nacionalismo centro-europeu que tinha visto cada vez mais os judeus como uma raça alienígena, mas combinando-o com a tradicional atitude judaica ao seu ambiente não-judeu. No entanto, o novo Estado judeu foi criado no Oriente Médio, na borda de um mundo árabe e islâmico, ao passo que a visão original do sionismo era estabelecer uma entidade política e social, alinhada com as ideias liberais ou socialistas trazidas da Europa. Isso produziu uma grande dose de ambivalência vis-à-vis com a Europa, vista como a perseguidora dos judeus e como

que, por exemplo, o de Andreopoulos. Em algumas comunidades, a memória do genocídio ou da perseguição sofridas no passado são o cimento de uma identidade comum ou em um forte sentimento de união. Assim sendo, diante da pressão do jogo político, também tornou-se o fermento para a criação de novas identidades nacionais, e da elevação dos grupos políticos que defendiam e disseminavam essas novas identidades. Sérvios contra croatas ustachis, cristãos armênios e georgianos contra turcos, abkhacios e azeris muçulmanos, ucranianos contra russos. Povos que conviviam em vários períodos sob um mesmo Estado multinacional transitório (Império Turco-Otomano, URSS), com distantes ou inexistentes experiências enquanto nações soberanas ou delimitadas e que precisaram construir rapidamente uma identidade nacional com suas imprevistas independências.

Como aponta Beachler (2011), as diferentes concepções de genocídio no meio acadêmico e seus resultantes debates foram influenciados por pressões vindas da esfera política, que acabaram por moldar alguns dos modelos surgidos. Além desta fonte de pressão, há ainda as sociais. E ambas podem se conjugar nas necessidades de novas identidades e na mitologia necessária a cada Estado nascente¹².

Para alguns autores, como lembra Beachler, não há genocídio se este não passou a fazer parte da memória coletiva de um povo. Sem esta, tornar-se-ia difícil identificar ou classificar uma ação como genocida, se mesmo o povo que a sofreu não a considera ou a rememora como tal (BEACHLER, 2011, p.4). Os massacres cometidos nas Filipinas não possuíam um espaço público para manifestação e lembrança. Sucessivos governos filipinos – o Governo Insular fantoche, presidentes eleitos, ditadores, sempre mantiveram estreito contato com o governo americano, por meio da concessão de bases militares em território filipino, contratos e concessões especiais para empresas e cidadãos americanos, financiamentos recebidos, apoio militar no combate à grupos separatistas e revolucionários no país ou no auxílio de seu exército na luta contra inimigos americanos (como a participação filipina na Guerra do Vietnam), e na própria formação da elite política, em instituições americanas, ou no fornecimento de asilo político, como no caso do deposto ditador Ferdinand Marcos. As lutas políticas em Manila, com a ascensão do liberal Diosdado Macapagal e a confrontação com o rival partido Conservador, criou a necessidade de ganhar bases entre a população. Apelou-se, em 1962, para o gesto nacionalista de trocar a data das festividades da Independência do 4 de Julho, como era celebrado desde o início da ocupação americana e que memorava a emancipação deste país, pelo 12 de Maio, dia da declaração de independência da Espanha, em 1898 (ABINALES; AMOROSO, 2005, p.XXIX). Uma data não admitida pelos Estados Unidos, pois a ocupação das Filipinas deu-se exatamente pelo não reconhecimento de sua separação da Espanha. Sendo território espanhol, poderia ser ocupada e negociada nos tratados de paz após a Guerra Hispano-Americana. Além de indicar o controle ilegal americano, também expunha como personagem principal a Emilio Aguinaldo, principal líder da resistência antiamericana. Se o Estado filipino até então não admitira a existência de rugas passadas com o antigo senhor e importante aliado, teve que se curvar a uma abertura para a lembrança popular.

modelo para uma existência judaica independente. Por outro lado, enquanto o sionismo aspirava a criar um 'novo judeu' mais perto dos antigos israelitas que os antepassados da diáspora, o único exemplo disponível eram os árabes, que por sua vez resistiam cada vez mais à nação judaica na Palestina" (BARTOV, 2000, p.134-135).

¹² Como já ministrei cursos sobre o Holocausto e genocídio comparado, fiquei impressionado com a intensidade atingida pelos debates sobre a singularidade do Holocausto e a atenção díspar que alguns genocídios receberam em relação aos outros. Notei que quase ninguém parecia escrever sobre eventos em torno dos assassinatos em massa em Bangladesh, em 1971. Eu escrevi um artigo comparando a grande quantidade de atenção acadêmica e jornalística dada ao genocídio ocorrido no Camboja sob o regime comunista do Khmer Vermelho (1975-1979) e a quantia relativamente insignificante de atenção que foi dado aos assassinatos em massa de bengalis no Paquistão Oriental, de março a dezembro de 1971, embora seja provável que um número semelhante de pessoas foram mortas em cada nação. Na verdade, é bastante provável que mais pessoas foram assassinadas no Paquistão Oriental que no Camboja sob o Khmer Rouge (BEACHLER, 2011, p.3, tradução livre).

Macapagal não poderia mobilizar a população e obter apoio se substituísse o 4 de Julho por outra data que não o 12 de Maio. Essa abertura e oficialização de um passado reprimido, entretanto, enfrentava limites práticos, que esbarravam na aliança da elite local com os americanos e em seus interesses em comum. O 4 de Julho permanece como dia da República Filipina. Da mesma forma, a memória oficial, sancionada pelo regime filipino, bem como pela maior parte da historiografia, tece a retórica da fidelidade do povo filipino para seus amigos americanos. A volta do general Douglas MacArthur para seus homens; o cumprimento de sua promessa de livrar as ilhas dos japoneses; o auxílio mútuo entre guerrilheiros, soldados filipinos e estadunidenses integrados às forças armadas americanas; a alegria em ter novamente os americanos como senhores do arquipélago após a expulsão dos japoneses. Movimentos guerrilheiros como o Hukbalahap, ligado ao partido comunista local e um dos maiores expoentes da guerrilha anti-japonesa, foram apagados da história oficial (SCHIRMER; SHALOM, 1987). Apenas para emergirem nela já no pós-guerra como forças violentas e de desestabilização, a “mão de Moscou” no sudeste asiático. Cabendo ao americanos o papel de ajudar a elite local a zelar pela paz nacional, protegendo o povo filipino. Como poderiam ter cometido crimes de guerra durante a campanha de 1899-1913? Quanto mais um genocídio.

Beachler (2011) afirma que um fator essencial, senão o maior de todos, para a classificação ou não de um ato como genocida, é a influência política sobre o meio acadêmico. Influências como bolsas, cargos, subvenções, patrocínios e puro e simples alinhamento político-ideológico da cúpula de revistas e universidades, que introduzem o poder e o interesse político dentro da academia e corrompem sua liberdade e compromisso ético. Assim o Holocausto judaico passa a ser o único cometido pelos nazistas, o povo judeu é representado como o único sofredor (este, indizível e jamais tão duro quanto sob os nazistas), sedimentando a tese da necessidade de um Estado Judaico e de suas preocupações com segurança. Ou o regime do Khmer Rouge pode ser ora lembrando como genocida, ora como legítimo governante do Camboja, ora como marxista, ora como *freedom fighters* contra as forças invasoras vietnamitas pró-soviéticas. Tudo flutua segundo os sabores da política do momento, que respinga nas universidades¹³.

Uma razão para a quase inexistência de informação sobre a perpetração de genocídios pelas potências ocidentais, ao contrário de outros regimes, é a própria recusa de revistas especializadas em publicar os artigos relacionados com o tema, como bem

¹³ Depois de lembrar a aliança americana com a Turquia por meio da OTAN e as afirmações de Reagan em 1985 de que não houve genocídio armênio, comenta as relações entre Israel e os pesquisadores: “Os Estados Unidos não estavam sozinhos na promoção de interesses políticos e econômicos ao longo de um desejo de reconhecimento do genocídio armênio. Cuidando para proteger as suas boas relações com a Turquia e desejosos de proteger os judeus que viviam na Turquia, o governo israelense reduziu sua participação em uma conferência sobre o genocídio armênio, que foi realizada em Tel Aviv em 1982, porque ocorreriam várias apresentações sobre o genocídio armênio (a Turquia teve comparativamente boas relações com Israel até que o governo do primeiro-ministro Erdogan, um islamita para os padrões turcos, distanciou o país de Israel, em 2009). Para os Estados-nação, o reconhecimento das atrocidades do passado é uma preocupação menor, especialmente as que ocorreram em outros lugares, em comparação com os objetivos estratégicos e econômicos atuais. Alguns estudiosos judeus e ativistas a favor de Israel estavam ansiosos para proteger o status do Holocausto como um evento único, e os seus interesses coincidem com a recusa do governo turco a reconhecer que algo que se aproxime a um genocídio ocorreu com relação aos armênios” (BEACHLER, 2011, p.97). Ainda assim o trabalho de Beachler poderia ser mais incisivo. Ao tratar do genocídio armênio, o autor está mais preocupado com as razões políticas do governo turco, em especial o de Tayyip Erdogan, em negar este holocausto e como consegue atuar sobre a produção academia turca, cooptando-a. Entretanto não comenta sobre a escalada dos estudos sobre esse mesmo genocídio no Ocidente. O que, parece, estar ligado à ascensão de seu partido islâmico ao poder no país. Bem como das subseqüentes acusações de que pretende acabar com o laicismo do Estado Turco, promulgado desde os tempos de Kemal Atatürk. Se esta observação estiver correta, esses estudos devem sofrer um esfriamento com a transição diplomática de Erdogan de defensor de países islâmicos para aliado americano no combate ao regime de Assad, na Síria.

explica Beachler em seu desabafo¹⁴. “Minha primeira tentativa de publicação sobre a política de genocídio foi de fato uma lição duramente aprendida, de que na política de bolsas de estudo sobre o genocídio, a política é muito importante” (BEACHLER, 2011, p.5). Já Jones (2011) prefere fatores bem mais amenos para a importância assumida pelos estudos sobre o genocídio¹⁵.

A jornalista Samantha Power (2010) repete a visão mais geral sobre a atuação das potências ocidentais diante dos genocídios: como expectadoras e não como perpetradoras. Está preocupada com os interesses morais e não econômicos, com a inação e não com a autoria. Afirma que as lideranças americanas e ocidentais preferem buscar por desculpas para se isolar do que em buscar soluções para os crimes de genocídio enquanto são cometidos. É um apelo por maior intervenção militar e não por menos. Um chamado para uma melhor construção da imagem de polícia do mundo. E como polícia, por definição, não podem ser cúmplices ou criminosos. Apaga-se o passado e pavimenta-se o futuro para os discursos de ação militar que iriam ser marcantes no governo Bush – durante o qual Power escreveu seu livro, em 2003. Uma de suas mais importantes campanhas diplomáticas foi o apelo para o tratamento da Questão de Darfur em termos bélicos. A reação internacional levou a uma negociação em torno da divisão política do Sudão.

2 O INTERESSE GEOESTRATÉGICO AMERICANO NAS FILIPINAS E A GUERRA

O arquipélago das Filipinas, formado por mais de sete mil ilhas, foi ocupado por sucessivas ondas migratórias provenientes de diferentes áreas do sudeste asiático. Como a Indonésia, foi o palco do encontro de várias religiões e civilizações em expansão na região. Essas características físicas e históricas produziram um grande número de línguas e etnias. Algumas das quais, inimigas. O próprio Fernão de Magalhaes morreu em combate ao se engajar na luta de um líder tribal filipino convertido ao catolicismo contra outro, pagão e rival (PIGAFETTA, 1986).

As Filipinas ficam próximas de três importantes centros comerciais e zonas produtoras de matérias-primas: Sul da China, Estreito de Malaca e Indonésia. Além da foz de dois rios com intensa vida econômica, o Xi-Jiang/Rio das Pérolas da China e o Mekong. É a chave para o Mar da China e o Pacífico. Os espanhóis, reconhecendo a importância geográfica do arquipélago, transformaram Manila, a capital, em seu centro de comércio para um dos mercados mais cobiçados do globo: o chinês. A seda e a porcelana chinesas

¹⁴ “Mesmo não estudando genocídios cometidos pelas potências ocidentais, já classificava a ação do regime iraquiano como genocida, num momento em que ainda não era consensual classificá-la como tal, por ser muito próxima a lembrança de que Saddam Hussein fazia o trabalho que teria cabido aos americanos ou a seus aliados da coalizão se tivessem seguido a sua marcha em direção à Bagdá: pacificar a rebelião armada curda: “Fui informado que, essencialmente, era necessário ser reescrito na sua totalidade. Além disso, o editor insistiu para que eu retirasse um parágrafo sobre Edward Said, o falecido estudioso e ativista a favor dos palestinos. A passagem censurável refere-se à insistência na afirmação de que Saddam Hussein não tinha usado armas químicas contra os curdos. Quando eu insisti que as informações sobre o referido estavam corretas e bem preparadas, o editor insistiu que as informações foram tomadas fora de contexto. A chamada terminou inconclusiva, embora eu estivesse extremamente frustrado com o que eu considerava francamente uma conduta desonesta, ou melhor, hipócrita pelo editor do jornal. Um autor têm pouco poder em uma situação como a que tinha surgido com relação ao meu artigo. No dia seguinte, apesar de todo o trabalho que eu tive ao fazer várias revisões do artigo e da minha satisfação inicial de ter tido meu artigo aceito, enviei um e-mail para o editor retirando o manuscrito de qualquer outra consideração para publicação em sua revista. Uma lacônica resposta de duas frases do editor expressava decepção com a minha decisão, e dizia que ele estava apenas tentando melhorar o artigo” (BEACHLER, 2011, p.4).

¹⁵ “A explosão de interesse público sobre o genocídio na década de 1990, e o crescimento concomitante de estudos sobre o genocídio como um campo acadêmico, gerou uma profusão de estudos humanísticos e científico-sociais, junto com as memórias e histórias orais. (A cultura mais ampla também produziu um fluxo constante de filmes sobre o genocídio e suas reverberações)” (JONES, 2011, p.15). Desejo popular, influência do cinema.

eram embarcadas em Manila. Seguiam a rota dos galeões até Acapulco, no México. Lá poderiam ser comercializadas entre os colonos em troca de seus produtos agrícolas ou prata, ou seguir para Vera Cruz, de onde eram despachadas para a Espanha. Assim, rumando no sentido leste, não entravam em conflito com a rota de Portugal para a China e Japão, através da África e Índia – territórios portugueses segundo o Tratado de Tordesilhas.

Apesar do fim dos exclusivos comerciais e com a abertura do Canal de Suez (1869) e a conseqüente queda de interesse por esse caminho para a Europa, as Filipinas, bem como as outras possessões espanholas de Guam, Wake, Samoa e do Havaí, formavam o aparato para uma rota através do Pacífico, fornecendo portos para abastecimento e reparos. Uma ótima base para inserir o comércio americano em seus novos entrepostos em Cantão, China, e no recém aberto (à força dos canhões da expedição Perry em 1853) Japão. Se os Estados Unidos se apossassem das Filipinas, teriam garantido a presença nas rotas do comércio do Oriente e uma posição oportuna para uma futura partilha da China. Mais ainda, suas novas possessões contíguas conquistadas ao México, no litoral do Pacífico, contariam com a possibilidade do comércio transoceânico, tal qual como a costa leste do país. O que era importante para áreas com um rápido desenvolvimento econômico e com gosto pelo consumo de luxo, como a Califórnia após a corrida do ouro de 1848. Possuir uma saída para o Pacífico, como os Estados Unidos ganharam, carecia de sentido se não fosse pelo desenvolvimento comercial com novas áreas e mercados.

A Guerra Hispano-Americana de 1898, motivada pelo interesse geoestratégico americano, por trustes que viam boas oportunidades com o controle de centros produtores de commodities tropicais como Cuba e Porto Rico, insuflada pelo jornalismo de Hearst e Pulitzer, ou mesmo por escritores como Mark Twain, favoráveis à libertação da nação cubana ou filipina do mando espanhol “cruel, arcaico e papista” (HARRIS, 2011, p.6). Iniciou-se com a misteriosa explosão do navio de guerra Maine no porto de Havana. Os Estados Unidos acusaram a Espanha e exigiram sua renúncia do controle sobre Cuba. Durante os três meses seguintes, as forças espanholas acabaram derrotadas pelas forças armadas americanas e os insurgentes nacionalistas das colônias. Além de ceder, por meio do Tratado de Paris de 1898, Cuba, Porto Rico, Filipinas, Guam e Havaí ao vencedor, liquidou o restante de seu império colonial (com exceção do Saara e da Guiné Espanholas), formado por ilhotas e atóis no Pacífico (Carolinas, Palau), vendendo-o para o Segundo Reich alemão. A guerra foi vantajosa ainda para setores políticos americanos, como o partido democrata, que fez lobby junto aos trustes para a declaração de guerra, ou como o futuro presidente republicano Theodore Roosevelt, que fez fama no serviço na cavalaria que atuou em Cuba e rendeu os espanhóis na batalha de San Juan Hill.

Da mesma forma que o nacionalistas comandados pelo poeta José Martí em Cuba proclamaram a independência pouco antes da invasão americana – receosos da ilha acabar em mãos ainda mais poderosas e inescapáveis que a espanhola – exatamente para aproveitar o momento de fragilidade da metrópole ibérica e evitar a conquista por um novo dominador estrangeiro, falharam igualmente no intento em virtude do não reconhecimento pelos Estados Unidos de sua proclamação (apesar da tradição americana de rápido reconhecimento de novos governos independentes, como foi o caso da América Latina). A emancipação decretada pelo general de ascendência chinesa Emilio Aguinaldo também não foi respeitada. As tendências autonomistas e separatistas atingiam várias camadas sociais, como as fatias liberais da classe média e setores da intelectualidade, os *illustrados*. A família de Aguinaldo era letrada. O mais importante diplomata dessa efêmera Primeira República Filipina (1898-1901), espremida entre duas dominações, Mariano Ponce, era médico e escritor. Jose Rizal, mártir independentista, escritor. Em 1896 eclodiu o movimento armado emancipacionista Katipunan, rapidamente abafado pelas forças pró-espanholas. Porém, retornou com a Guerra Hispano-Americana (LINN, 2000).

Os espanhóis tiveram sua frota destruída após a batalha da Baía de Manila. As guarnições espanholas por todo o país foram derrotadas pelos katipuneros e outros

movimentos armados. Porém, as tropas espanholas na capital, Manila, renderam-se aos americanos. Todas as forças sociais separatistas e autonomistas anti-espanholas se viram apanhadas pela guerra e a imposição do controle americano. A busca pela independência se dirige então contra as tropas anglo-saxões. Suas fileiras seriam fortalecidas com a adesão de todos aqueles que identificavam as Filipinas com suas poucas características gerais ou mais comuns: a prevalência do catolicismo e da língua espanhola – trazendo para a causa até os antigos pró-espanhóis. O presidente da Primeira República Filipina, Aguinaldo, quando insurgente anti-espanhol, fora considerado pelos americanos como um aliado. Após o Tratado de Paris, foi declarado como um inimigo mascarado como amigo. Acabou por ser capturado em 1902. Porém o movimento independentista Katipunan, sob o general Macario Sacay, lutou até 1907, com a prisão e execução por enforcamento de Sacay, sob o crime de banditismo (como era enquadrado o movimento pela libertação das Filipinas pelas leis impostas pelos estadunidenses). Os muçulmanos do sul do país lutaram até a derrota final na campanha militar de 1913.

Os americanos se viram em pose das principais cidades mas não dos campos, em um arquipélago recortado por rios, mar, montanhas e florestas tropicais densas, dificultando a movimentação das tropas e a localização do inimigo, com um contingente de 120 mil homens. Inicialmente eram 40 mil, mas um reforço de 72 mil soldados chegou dois anos depois (DEADY, 2005, p.62). Como parâmetro, empregou-se 15 mil na intervenção no México ou Expedição Pershing, 300 mil na Coreia e 500 mil no Vietnam. Muito para o movimento emancipacionista. Pouco para cobrir o país. As forças filipinas insurgentes, os *insurrectos*, mal equipadas (muitas vezes utilizando facões, arco e flecha ou lanças, como era o caso de alguns grupos religiosos milenaristas católicos) e mal treinadas, decidiram-se pela guerrilha como forma de enfraquecer o inimigo, superior também em número. Presume-se que, por meio do apoio dos povoados, conseguiu-se manter em atividade de 80 mil até 100 mil guerrilheiros (DEADY, 2005, p.58).

A justificativa para a anexação, que sucedeu ao discurso da liberação do julgo e da tirania espanholas, era a de que, caso os Estados Unidos não ocupassem o país, ele fatalmente cairia em mãos de alguma potência imperialista europeia (argumento que excluía os Estados Unidos como uma delas); que o povo filipino era incipientemente civilizado e que, com sua inexperiência diante da liberdade, seria levado a um processo de autofagia por uma futura guerra civil; que estes deveriam ser civilizados por uma nação que já estivesse nos mais altos degraus do progresso econômico e social; que deveriam ser cristianizados e ter suas almas salvas pelos missionários americanos. Os americanos conduziram um processo de “assimilação benevolente”, educando o povo filipino para a religião, para o trabalho, para o saber, para a democracia¹⁶, com o passar do tempo. Uma missão civilizatória, penosa mas recompensadora, como definida pelo Senador Albert Beveridge¹⁷.

A missão moral de permanecer nas Filipinas e conduzir seu povo foi ressaltada pelo presidente americano da época, William McKinley (1897-1901)¹⁸. O melhor que poderia

¹⁶ Democracia de um feito único, já que as primeiras eleições para um órgão com algum poder no país foram as eleições de 1916 para o Senado, num processo permitido e controlado por Washington. Um governo filipino, com a designação de membro da Comunidade das Filipinas, dependente dos EUA, foi estabelecido em 1935, mas o poder de fato encontrava-se na pessoa do Alto Comissário designado pelos Estados Unidos. Por quase todo o período da Comunidade, o general Douglas MacArthur, entre 1937 e 1946.

¹⁷ “Os fundadores da nação não foram provincianos. Era deles a geografia do mundo. Eles [...] sabiam que onde nossos navios fossem a nossa bandeira deveria seguir. Eles tinham a lógica do progresso, e sabiam que a República que estavam semeando devia, em obediência às leis de nossa raça em expansão, necessariamente, tornar-se a maior República que o mundo vai finalmente reconhecer como o árbitro, abaixo de Deus, dos destinos da humanidade” (HARRIS, 2011, p.25, tradução livre).

¹⁸ “Quando eu... percebi que as Filipinas caíram no nosso colo, confesso que não sabia o que fazer com elas. ...Eu andei pela Casa Branca noite após noite até meia-noite, e eu não tenho vergonha de dizer, senhores, que eu fiquei de joelhos e orei a Deus Todo-Poderoso por luz e orientação. ...E numa tarde da noite ela veio a mim desta maneira. ...(1) Que nós não poderíamos dar-lhes de volta para a Espanha, pois seria covarde e

fazer pelas Filipinas e o imbróglio militar prolongado no qual seu governo enfiou o país acabou custando à McKinley sua reeleição. Segundo Deady, o impasse de se lutar num país de camponeses, ilhas e florestas, criou a política chamada de “atração e castigo” pelas autoridades americanas. Um misto de políticas de pacificação, exibindo as forças de ocupação como benéficas, com represálias e violência. Na prática, houve pouca atração, muito castigo. Apenas três meses após o fim da guerra o congresso americano estendeu as garantias previstas na Constituição dos Estados Unidos para a população filipina. Essa incerteza legal permitiu uma maior liberdade de atuação de seu exército. As tentativas de cooptação incluíram a abertura de vagas nos níveis mais baixos e nos intermediários da administração pública e no aparelho de Justiça para filipinos, na concessão de algum poder local para as elites do interior (os *principales*), em algumas obras de infraestrutura¹⁹. Em especial, deve-se citar a criação da primeira universidade do arquipélago, em 1901 (LONE, 2007, p.60). A política de castigo possibilitou a realização de massacres.

Os Estados Unidos empregaram punições coletivas contra as famílias e comunidades envolvidas. Funcionários municipais ou *principales* foram responsabilizados por eventos que ocorreram em suas cidades. Prisões foram realizadas até que os prisioneiros ou a família ou os amigos fornecessem informações, armas, ou ambos. Safras, edifícios e outros bens podiam ser confiscados ou destruídos como punição. A Ordem Geral 100 levantou algumas restrições sobre os tribunais, resultando em mais prisioneiros executados (DEADY, 2005, p.59-60, tradução livre).

A razão da aplicação de punições coletivas, além dos fatores práticos como o estabelecimento do terror, da desorganização e do exemplo entre as massas, também se localizava na imagem que os americanos produziram dos filipinos. Os jornais reproduziam a versão oficial, emanada da liderança em Washington, de que os filipinos eram um povo primitivo que precisava ser civilizado. Como praticamente desconhecidos nos Estados Unidos, buscou-se associá-los com personagens e personificações recorrentes. Assim, a imprensa tomou parte decisiva no convencimento da opinião pública da necessidade ou da justiça das represálias²⁰.

desonroso, (2) que não poderíamos entregá-los para a França e Alemanha – nossos rivais comerciais no Oriente, que seria desonroso e um mau negócio; (3) que não poderia deixá-los por si mesmos, pois eles eram incapazes para o autogoverno e que logo sobreviria a anarquia e desgoverno lá pior do que foi a da Espanha, e (4) que não nós não deveríamos abandoná-los, mas sim acolhe-los todos, para educar os filipinos, e os elevar e os civilizar e cristianizá-los, e pela graça de Deus, fazer o melhor que podíamos por eles, como nossos semelhantes por quem Cristo também morreu” (HARRIS, 2011, prefácio, tradução livre).

¹⁹ Para Deady, o caso das Filipinas era um exemplo a ser seguido em outras ocupações americanas, como o Iraque. Seu artigo, escrito em 2005, no auge dos confrontos com os grupos iraquianos, que acarretaram na total destruição de cidades, como Fallujah, antecipou a mudança da estratégia da confrontação pela da cooptação, o que de fato aconteceu, durante a supervisão do general americano David Petraeus.

²⁰ “Antes das hostilidades, pronunciamentos governamentais e militares eram a única fonte de informação do público e estes foram projetados para retratar a situação à luz mais favorável para a ocupação [...]. Apenas uma breve coluna sobre a Declaração de Independência de Aguinaldo apareceu na imprensa dos EUA; enterrado na página oito do *San Francisco Chronicle* a manchete foi “Aguinaldo planeja se tornar ditador” [...]. [O general Joseph] Wheeler a afirmar até mesmo que os filipinos faziam artificialmente a mutilação de seus próprios mortos, queimavam aldeias até as fundações e matavam suas mulheres e crianças, de modo a fazer parecer que os americanos cometeram essas atrocidades [...]. É um truismo dizer que, na guerra, os governos desumanizam o inimigo para justificar a matança. Na guerra filipino-americano, foi difundido o chauvinismo e o racismo anglo-saxão entre a população americana e suas forças armadas, desde um terreno fértil para desumanização do novo “outro” Filipino, sobre quem se sabia muito pouco, exceto que eles eram marrons na aparência. Foi esta característica que levou o futuro governador filipino e presidente dos EUA, William Taft, se referir ao paternalismo para com as Filipinas como o “irmãozinho marrom” da América [...]. Sentimentos abolicionistas eram fortes em círculos republicanos, imagens tão abertamente racistas não eram parte da política oficial do governo, no entanto a racialização foi incorporada no discurso militar e público sobre a relação Americano-Filipino [...]. Theodore Roosevelt costumava comparar os rebeldes filipinos com os guerreiros Apache “cruéis e ferozes” do passado” (ABLETT, 2004, p.23; 24; 25, tradução livre).

As políticas de identificação e de desumanização das vítimas, numa democracia liberal, funcionam de uma diversa da de uma ditadura. Nos Estados Unidos havia a possibilidade da existência e da atuação de uma oposição ao discurso oficial veiculado pela mídia. O que de fato veio a existir com a Liga Anti-imperialista.

Os filipinos eram associados aos negros e aos índios. Essa associação, que martelava os estereótipos vigentes na sociedade americana da época, era duplamente interessante aos interesses governamentais: como os negros, deveriam ser um povo tutelado (segundo as tendências segregacionistas em avanço, que negavam a capacidade do negro votar e ser votado). Como os índios, reassentamentos e marchas forçadas, com suas respectivas vítimas, não constituiriam um crime, mas sim uma necessidade. A frase do então presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) exprime as convicções da maioria dos americanos da época: “Eu não iria tão longe a ponto de pensar que o único índio bom é o índio morto, mas acredito sim em nove em cada dez, e eu não gostaria de ficar muito de perto do décimo” (DYER, 1992, p.186). A imagem da ameaça representada pelos filipinos ganhou um importante impulso com a publicação pela mídia americana da Ordem Sandiko: um documento do general filipino Teodoro Sandiko, datada do começo de 1898, com o apelo para que os filipinos de Manila trucidassem todos os brancos da cidade. Posteriormente, comprovou-se que o documento fora forjado pela propaganda americana (TUCKER, 2009, p.33). A representação da similaridade do filipino com a do índio que dizimava regimentos da cavalaria ou os carroções dos pioneiros foi reforçada com esse episódio. A consequência dessas tendências foi o medodo “miscigenação oriental” ou “amarela” que o contato com os filipinos representaria. Uma ameaça levantada por grupos imperialistas e racistas, que ganhou espaço na mídia. Efetivamente, o número de imigrantes filipinos que os EUA admitiriam em seu território foi regulamentado em lei. Tratava-se de uma educação do eleitor americano para as agruras dos convocados para lutar no distante Oriente, e da construção de um esteio de tranquilidade e naturalidade moral para os massacres. Decidiu-se que a melhor forma de combate aos guerrilheiros era a remodelação de seu próprio ambiente²¹.

Como as autoridades americanas secaram o mar no qual os guerrilheiros se movimentavam? Se era a partir das pequenas cidades, das aldeias e das comunidades camponesas que os independentistas fugiam para as florestas e ilhas após o combate de fricção, lá obtinham esconderijo, alimentos, e recursos para a resistência, fornecidos pelos pequenos agricultores, trabalhadores rurais e a elite local alijada do poder, os *principales*, estas precisavam ser controladas e remodeladas para facilitar a vigilância americana. Um grande programa de “reassentamento” foi posto em prática. Termo que, se fosse usado para a descrição do tratamento dos kulaks ucranianos por Yosif Stalin, seria trocado por “deportação forçada” ou “engenharia social”. Os camponeses foram retirados de suas terras e casas e transportados para longe, isolando os rebeldes de suas bases. Províncias inteiras foram obliteradas. Dentro da política de atração e castigo, o último também estava reservado para as comunidades renitentes em serem expulsas de suas terras ou que eram ativas simpatizantes dos *insurrectos*. A eles foram destinados os menores e piores lotes, ou foram removidos em época que os impossibilitava de plantar suas lavouras de subsistência. A fome e a desinteira promovidas por essa intensa migração forçada foram as maiores causas das mortes entre a população. A realocação foi acelerada pela proximidade das eleições presidenciais e a imposição política para uma rápida solução do

²¹ A observação muito famosa de Mao Zedong, sem dúvida o líder insurgente mais bem-sucedido do século 20, vale a pena ser repetida: “As pessoas são o mar em que o peixe insurgente nada e tira a força”. O programa de pacificação americana foi direcionado para o mar em que o insurgentes nadavam. Ele baixou o nível da água até que o mar tornou-se centenas de lagos. Com as guarnições americanas drenando os lagos locais, o peixe insurgente tornou-se mais fácil de se isolar e pegar. Quando os rebeldes foram incapazes de sustentar uma força formidável no campo, a confiança na vitória, e, portanto, a oposição unificada, minguiu (DEADY, 2005, p.58, tradução livre).

problema filipino. Os generais deveriam agir o mais rapidamente possível, e para tanto, usaram de todos os meios à mão, como o emprego da repressão (ABLETT, 2004, p.23).

Os americanos decidiram pelo reassentamento porque já possuíam uma longa tradição em sua condução. Os índios nativos de seu território foram constantemente impelidos a se estabelecer em novas, mais pobres, mais diminutas e mais distantes terras, por meio de decreto governamental. As marchas forçadas que se produziram deixaram uma trilha de mortes pelas mesmas causas (fome e diarreia). Mortes por extenuação também se produziam nas longas jornadas. Como foi o caso dos seminóis, obrigados a se mudar da Flórida para o Território Indígena, em Oklahoma, em 1832. Essa política de realocação indígena recebeu dos nativos o apelido de Trilha das Lágrimas. Nada menos que 26 dos 30 generais americanos empregados nas Filipinas eram veteranos de várias expedições punitivas aos índios (TUCKER, 2009, p.459). Mais uma vez, a comparação dos filipinos com os indígenas pelo discurso público da mídia ou do mundo político foi interessante para a aprovação e legitimação da exportação desse modelo²². O reassentamento, as represálias contra as comunidades frequentadas por guerrilheiros ou que poderiam servir de exemplo, receberam vívidas descrições por parte de soldados²³, jornalistas, missionários e dos próprios filipinos²⁴.

As condições das parcas e inférteis terras destinadas para a realocação dos camponeses eram as de um campo de concentração. Quando não cercados, eram controlados com torres de vigília, além das rondas dos soldados americanos para “proteger” os camponeses do contato com os *insurrectos*. O que os transformava em prisões de fato. Quem era apanhado fora dos campos de concentração era fuzilado. As principais ilhas foram cortadas pelas trincheiras que dividiam o terreno sob mando efetivo americano e que classificavam como camponês ou rebelde quem estivesse de cada lado. Em dois anos, entre 200 mil e 400 mil pessoas morreram de fome, febre amarela e varíola (TUCKER, 2009, p.33). Tentou-se impor o controle também sobre a circulação de informação. O acesso às Filipinas foi restringido para apenas “jornalistas credenciados”, favoráveis à ação americana. Um relato dissonante é o de F. A. Blake, da Cruz Vermelha Internacional. Blake

²² “Outra indignação que surgiu na época da corte-marcial foi a estratégia da “reconcentração”, aprovada pelo general Franklin Bell nas províncias de Batangas e Laguna “para tornar o estado de guerra tão insuportável quanto possível” para a população civil abrigar as guerrilhas (Tebbel, 1996, 368). Bell ordenou que toda a população rural fosse levada para zonas designadas dentro do âmbito das guarnições dos EUA. As pessoas foram avisadas para levar seus pertences, gado e alimentos, tanto quanto eles poderiam carregar para as zonas. Bell disse mais tarde que esta medida era “para proteger os aldeões pacíficos das depredações da guerrilha” (Ileto 1999, 30). Depois de 01 de janeiro de 1902 toda a propriedade, culturas, armazéns de alimentos, animais e seres humanos, fora das zonas estava sujeito a varredura das missões de “procurar e destruir” (Constantino 1975, 250; Miller 1982, 208). Bell chamou este processo de “pacificação”, um nome que sobreviveu até a América no Vietnã (Tebbel 1996, 368). O general também cuidadosamente instruiu seus homens a não manter registros detalhados dessas missões, ele queria atos e não palavras. Cerca de um sexto da população de Luzon morreu devido a uma doença nos acampamentos superlotados e a fome induzida pela devastação agrícola do processo de pacificação. Ajuda americana foi enviado para amenizar o desastre, mas levou anos para esta região outrora próspera se recuperar (Constantino 1975, 250). Além disto, Bell explicou que a perda de vidas pelas matanças esparsas foi muito grande, mas ... nem um [filipino] foi morto, exceto quando a sua morte serviu a um propósito legítimo de guerra” (ABLETT, 2004, p.26).

²³ Apesar de que, mesmo hoje, muitos pesquisadores preferiram ignorar essas cartas. Em geral, buscam material mais inspirador, que retrate o soldado americano como guerreiro mas civilizado, valente sem ser cruel, e cioso dos deveres morais de sua pátria diante da comunidade internacional. É o caso, por exemplo, da coleção de cartas expostas por Feuer (2002).

²⁴ Em 1899, as cartas dos soldados para casa começaram a detalhar graficamente o seu “negócio de luta suja” [...] de queima de aldeias, matando todos os habitantes, além de tortura. O exército foi obrigado a investigar. Essas investigações, porém, eram superficiais e cosméticas; seu principal objetivo era convencer os autores [das cartas] a se retratar. Um número suficiente de retrações apareceu na imprensa republicana para lançar dúvidas sobre essas histórias que muitos americanos não queriam acreditar de qualquer maneira. Nos casos em que as provas eram irrefutáveis, uma contra-tática foi citar algum personagem respeitável cujo argumento era de circunstâncias atenuantes e banalizavam o mal [...]. Era difícil romper essa cortina de fumaça de equivalência moral (ABLETT, 2004, p.24, tradução livre).

foi confinado à capital, Manila, o ponto do país com maior presença de tropas, por ordem do general Elwell Otis. No entanto, escapou da supervisão de sua escolta militar e se dirigiu aos campos do país. Mesmo dentro do território controlado pelos Estados Unidos existiam aldeias queimadas, com “corpos horrivelmente mutilados, com os estômagos abertos e, ocasionalmente, decapitados”. Relatou ainda que “os soldados americanos estão determinados a matar todos os filipinos à vista” (MILLER, 1982, p.94). As práticas do exército americano iam muito além do confronto em campo de batalha²⁵.

A imprensa apoiou a aplicação da tortura aos prisioneiros filipinos – que eram feitos aos milhares. Só em Manila acabaram presas 7500 pessoas (LINN, 2000, p.128). Ablett (2004) traz o caso do reverendo Homer Stunz, que defendeu em um artigo de jornal o procedimento da cura d’água por não a considerar tortura. Afinal, tudo dependeria da colaboração do interrogado. A vítima detinha todo o poder de interromper o interrogatório a qualquer momento, desde que falasse. O prisioneiro é o único culpado da tortura. Após as incursões nas aldeias ou escaramuças nas linhas de abastecimento, o exército voltava sem prisioneiros ou inimigos feridos. MacArthur, em uma consulta do Senado americano, explicou essa estatística, que insinuava a execução sumária, da seguinte forma: havia muitos mortos e poucas capturas porque seus homens possuíam uma mira excepcional. Outra situação era a descrita pelo oficial Littleton Waller, de que suspeitos eram executados sem julgamento, uma vez que o exército americano não dispunha de carcereiros suficientes para vigiá-los (TUCKER, 2009, p.33). Se a maior parte das tropas era acostumada ao serviço sujo das guerras indígenas no território americano, outros regimentos foram talhados dentro da experiência de combate entre exércitos, como nas guerras contra espanhóis e chineses. Para estes, o cumprimento das ordens (além das condições de atuação em meio à selva, afastados das visitas periódicas às cidades e aos seus divertimentos) gerou uma instabilidade psicológica que acabou levando alguns de seus homens à loucura ou ao suicídio (BOOT, 2002, p.99-100).

A tática de represália americana aos civis filipinos foi semelhante ao cometido pelos nazistas em aldeias italianas e francesas (HOBSBAWM, 1998). Os alemães, ao sofrerem alguma baixa imposta pelos guerrilheiros *partigianis*, dirigiam-se à localidade de onde saíram os guerrilheiros ou que fosse próxima ao acontecimento e penalizavam sua população com um determinado número de mortes para cada soldado nazista tombado. Mas há uma grande desproporção entre a ação pontual alemã (no Ocidente. A penalidade em povoados bielorrussos poderia ser a execução de toda a aldeia) e a americana, mais comumente empregada. Organizavam-se expedições punitivas para incendiar as comunidades em que os *insurrectos* encontravam abrigo. Seguindo as instruções dos oficiais, os relatórios eram tão lacônicos, como “Queimamos a cidade e voltamos para Basey” (BOOT, 2002, p.100; 102). O episódio do massacre de Samar²⁶ ganhou as

²⁵ As atrocidades das tropas americanas incluíram: a tortura de supostos rebeldes, recusar-se a fazer prisioneiros; massacres de aldeias inteiras de homens, mulheres e crianças, e a fome resultante da deslocação de grandes populações. Uma variedade de técnicas de tortura foram usadas para extrair informações de prisioneiros filipinos, o mais notável dos quais foi a chamada cura d’água. Era realizada com o despejo à força de vários galões de água para dentro da boca de uma vítima amarrada até seu estômago ficar distendido, com uma dor excruciante. A água era então espremida para fora, às vezes por um soldado que saltava em seu estômago (ABLETT, 2004, p.25, tradução livre).

²⁶ “Um famoso caso de retaliação ocorreu na ilha de Samar, em Outubro de 1901, onde o general Jacob Smith ordenou a seus oficiais que considerassem todos os civis nas cidades que não colaboram ativamente como inimigos. Samar, disse ele, deveria ser transformado em um “imenso deserto. Smith afirmou: ‘Não quero prisioneiros. Eu quero que vocês matem e queimem: quanto mais e melhor vocês matarem e queimarem mais vocês vão me agradar’ [...]. Esta ordem, ele foi bem específico, deveria ser aplicada a todos os habitantes com idade acima de dez anos e levou a uma série de massacres febris. Quando os relatórios sobre os eventos em Samar atingiram o público norte-americano no início de 1902, o padrão de cobertura, reportagens de generalidades e racionalizações [da violência] não poderia evitar o escrutínio da imprensa ou pedidos para um inquérito público. O presidente Roosevelt, ao tentar controlar os danos, autorizou a corte marcial de Smith prometendo punir todos os autores da barbárie. Tanto a imprensa quanto o público caíram nesta armadilha e

manchetes dos jornais americanos. Nem o governo e nem o exército puderam passar completamente incólumes. Outra ação americana que ganhou notoriedade foi o ataque da artilharia do major general Leonard Wood que, para atacar alguns insurgentes muçulmanos na cratera de Bud Dajo, destruiu toda a localidade com seus canhões, num bombardeio de quatro dias (de 5 a 8 de março de 1906) resultando na morte de quase toda a população (TUCKER, 2009, p.33). Miller (1982, p.88) cita cartas de soldados americanos, como o relato de que na cidade de Titania mais de 1000 habitantes foram mortos, como represália contra a morte de um americano. Ou o caso em que outros 300 foram mortos em uma noite por não responderem às perguntas dos oficiais. Além do desdém para com grupos considerados étnica, cultural e religiosamente inferiores, havia outros motivos por trás da severidade²⁷.

A mortandade durante a repressão americana vitimou 20.000 insurgentes e 5.000 soldados americanos²⁸ – a grande maioria vítima de doenças tropicais (QUESADA, 2007). Já o número de civis mortos é estimado entre 250 mil, segundo a maior parte da historiografia americana, passando por 600 mil (ABLETT, 2004), até 1 milhão, de acordo com relatos contemporâneos aos acontecimentos. Por exemplo, o do geógrafo local Manuel Arellano Remondo, que em seu *Geografia Geral das Ilhas Filipinas*, de 1908, estima que a população decresceu de nove para oito milhões (BOOT, 2002, p.125). Para uma comparação, as mortes de civis na Segunda Guerra Mundial foram o dobro da de combatentes – mesmo com a atenção especial que o massacre de civis teve entre alemães e japoneses. Assim, dentro das estimativas de 1 milhão de mortos, 99,98% das vítimas nas Filipinas foram civis e apenas 0,2 de guerrilheiros. Já as estimativas mais modestas apontam que morreram 12,5 vezes mais civis do que combatentes rebeldes. Há o discurso de que a mortandade elevada foi produzida pelo próprio quadro de uma guerra complexa e variada, que se desenvolveu sob os mais diferentes tipos de embate bélico (SILBEY, 2008). Mas não é isso que as estatísticas mostram.

3 CONCLUSÃO

Em um país multiétnico como as Filipinas, com tribos com rivalidades muito antigas – como já demonstra o relato de Pigafeta – é forçoso acreditar que não tenha ocorrido qualquer tipo de ajuste de contas entre as tribos e religiões. Principalmente no quadro de falta de governo ou de redefinição deste, sob o controle americano. Entretanto, parece não existir qualquer investigação nessa direção.

Pretende-se que ação firme necessitava ser tomada e que as atrocidades foram uma aberração cometida por uma pequena minoria que tinha sucumbido à tentação de retaliar contra “as crueldades terríveis de um inimigo selvagem” (ABLETT, 2004). A culpa foi individualizada na pele de alguns oficiais, como o general que comandou o massacre de ilha de Samar ao ordenar o fuzilamento de todos os maiores de 10 anos de idade. Isso

elogiaram seu presidente “moralmente decisivo”. O *The New York Times* assegurou ao povo que o seu presidente era humano e que “não permitiria que qualquer coisa fosse varrida para debaixo do tapete” [...]. Até mesmo a imprensa anti-imperialista ficou impressionado com a retórica de Roosevelt, mas era um caso de falar duro e fazer muito pouco. Richard Nixon imitou essas táticas depois de My Lai, em 1970, e nós não devemos nos surpreender se George W. Bush adotá-las em relação à recente tortura de prisioneiros em Abu Ghraib, no Iraque. O general Smith foi considerado culpado de permitir que seus homens agissem cruelmente, mas sua punição foi apenas uma advertência e a reforma antecipada” (ABLETT, 2004, p.25-26).

²⁷ O exército procurou deixar a população com mais medo do exército do que dos insurgentes. Em suas formas menos radicais, tais ações incluíram a queima de casas em áreas onde linhas telegráficas tinham sido cortadas, queimando casas e plantações em uma área onde ocorreram emboscadas, as prisões generalizadas de supostos insurgentes e seus familiares, deportações, e multas (TUCKER, 2009, p.460, tradução livre).

²⁸ Ou, precisamente, 4234 americanos (ABLETT, 2004, p.25).

remete às questões levantadas por Andreopoulos: a culpa de genocídios é individual ou sistêmica? Ações individuais ou grupais podem levar a uma alteração sistêmica em direção ao genocídio? (ANDREOPOULOS, 1997, p.8).

Segundo alguns autores (LONE, 2007, p.59), alguns filipinos “aceitaram mais realisticamente que outros a inevitabilidade do mando americano”. A estes, foi fornecido um novo e eficiente aparelho administrativo e de segurança pública. As marcas de um etnocídio (além das condições em que essa nova administração e justiça foram implementadas, no sistema de “reconcentração”) implicam a negação dessa afirmação. Andreopoulos define o etnocídio como um genocídio cultural, em que há a intenção de destruir um modo de vida ou uma cultura, culminando ou não com a destruição física de uma dada população (1997, p.77).

Como parte da tentativa da construção de um império colonial duradouro, a liderança americana construiu uma política de destruição cultural no arquipélago. Pretendeu-se erradicar os sinais que consideraram mais dissonantes ou primitivos, fatores promotores de sentimentos nacionais e de identidade própria diferente daquela autoimagem dos novos senhores locais. Assim, McKinley pretendeu “cristianizar as Filipinas”, apesar de 90% de sua população ser católica romana. O catolicismo foi associado ao atraso e à instabilidade política das nações ibero-americanas desde o tempo dos pais fundadores dos Estados Unidos, como apontam os escritos do presidente Jefferson. Já o protestantismo era visto como a religião promotora da iniciativa particular, da liberdade. Existia uma execração, com profundas raízes sociais, aos “papistas”, como eram chamados os católicos. A reconstrução de uma nova Filipinas deveria passar pela supressão da Igreja Católica e pela reconversão de sua população. Sob o discurso da liberdade religiosa e da livre iniciativa, os americanos retiraram os privilégios da Igreja Católica como sendo reconhecida como religião de Estado. Para enfraquece-la, e assim facilitar a penetração de novas igrejas protestantes, abalou-se suas bases financeiras. A posse da terra nas Filipinas, após 300 anos de controle espanhol, fora dividida entre a antiga aristocracia nativa transformada em funcionários e autoridades locais, os *principales*; os fidalgos e colonos enriquecidos vindos da Espanha; e a Igreja Católica (SCHIRMER; SHALOM, 1987, p.71). As terras da Igreja foram confiscadas pelo governo americano, que as colocou à venda. Essa política explica a preferência por incendiar igrejas durante as expedições punitivas (MILLER, 1982). O interesse econômico, a economia política, a intolerância religiosa e o projeto cultural se entrelaçaram. O idioma espanhol também foi afetado. Para tentar instaurar o inglês como nova língua franca entre o mar de dialetos locais, as autoridades americanas baniram o ensino do idioma espanhol das escolas. Ao lado da língua tribal, deveriam aprender o inglês.

Ocorreu também o massacre segundo a classe social: MacArthur condenou toda a classe dos *principales* como culpados de sustentação da insurgência (DEADY, 2005, p.59). Essa ação afetou profundamente alguns grupos. As lojas maçônicas do país, por exemplo, tiveram que passar por uma reorganização após a guerra, pois todos os grão-mestres e boa parte dos seus membros morreram em combate ou foram fuzilados pelas autoridades americanas (ESCOBÉS, 2007, p.10). Os americanos aprovaram a Lei de Sedição, de 1901, que condenava à morte os membros das sociedades secretas (LONE, 2007, p.60), o que levou ao extermínio também dos elementos mais baixos dentro da hierarquia das lojas maçônicas. Setores liberais e emancipacionistas da classe média foram duramente atingidos.

As enciclopédias sobre genocídios não trazem como genocídio a ação americana nas Filipinas. No entanto, a ocupação japonesa e os massacres do general Yamashita são mencionadas (SHELTON, 2005). Chomsky (1996) mostra como o interesse da mídia (deve-se incluir também o da academia) e do governo se completam, e como uma campanha de desinformação é levada à população. O genocídio nas Filipinas se inscreve na mesma situação daquele promovido pelas autoridades da Indonésia contra a população lusofalante

de Timor Leste. Com a diferença de ter sido perpetrado não por aliados das potências ocidentais, mas por uma delas. Alguns autores preferem falar não da ocultação pela imprensa dos massacres, mas sim em seu exagero e no sensacionalismo (KEENAN, 2001, p.23). Para eles, o número de vítimas e a destruição provocadas teriam sido muito menores. A própria historiografia tomou para si o discurso do jornalismo americano, ou mesmo criou novos conceitos, reforçando suas posições. Como é o caso, por exemplo, da definição dos movimentos independentistas filipinos como “pós-revolucionários” (LONE, 2007, p.59). O que implica em identificá-los como algo alheio à revolução – no caso, a independência tutelada pelos americanos. Ou em afirmar que os métodos americanos, que destruíram as condições de vida desde o camponês até as elites locais, não foram programática, mas mera resposta à ameaça que os filipinos apresentavam: “Violência gerou violência” (KEENAN, 2001, p.23), e esta teria começado com espanhóis e filipinos. Produz-se um retorno da retórica desfraldada pelos perpetradores de genocídios.

Cada elemento que caracteriza um genocídio, segundo os diferentes autores empregados, pode ser encontrado nas operações americanas de 1898-1913: intencionalidade, demarcação de grupos com identidade negativa, diferenciação e hierarquização étnica e religiosa, etnocídio, desumanização, criação de uma retórica legitimante, assassinato em massa de civis desarmados, indiferença com a sorte da população ou uso da situação como punição, escala. Genocídios não precisam ter raízes puramente ideológicas. Também podem ser parte de uma estratégia consciente de domínio, com seus respectivos interesses econômicos e geopolíticos. Aqui cabem as palavras do senador Beveridge:

Deus não preparou os povos de língua inglesa e teutônicos por mil anos para nada além da vaidosa e ociosa auto-contemplação e auto-admiração... Ele nos fez bons governantes para que possamos administrar o governo entre os povos selvagens e senis (apud BOOT, 2002, p.107).

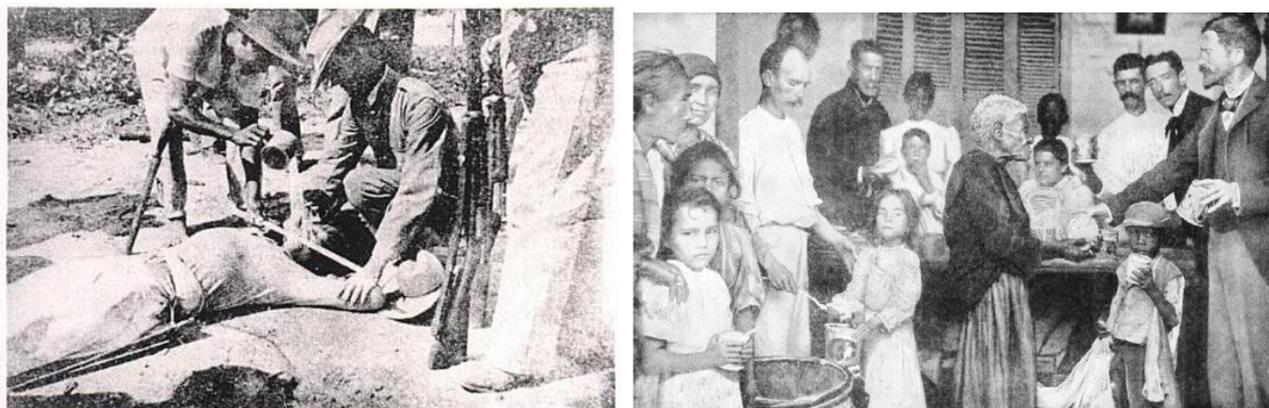


Fig.1. À direita: Soldados americanos administram a cura d'água. SCHIRMER, Daniel B., SHALOM, Stephen Rosskamm. **The Philippines Reader: A History of Colonialism, Neocolonialism, Dictatorship, and Resistance.** Cambridge: South End Press, 1987, p.4. À esquerda: Ajuda humanitária aos reconcentrados. TUCKER, Spencer. **The Encyclopedia of the Spanish-American and Philippine-American Wars: a Political, Social, and Military History.** Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009, p.536.

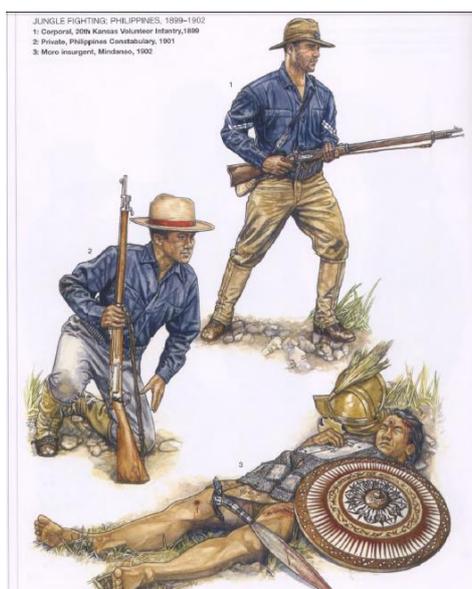


Fig.2. Uniformes das tropas de selva americanas e dos rebeldes filipinos. QUESADA, Alejandro de. **Spanish-American War and Philippine Insurrection**. Oxford: Osprey Publishing, 2007, p.33.

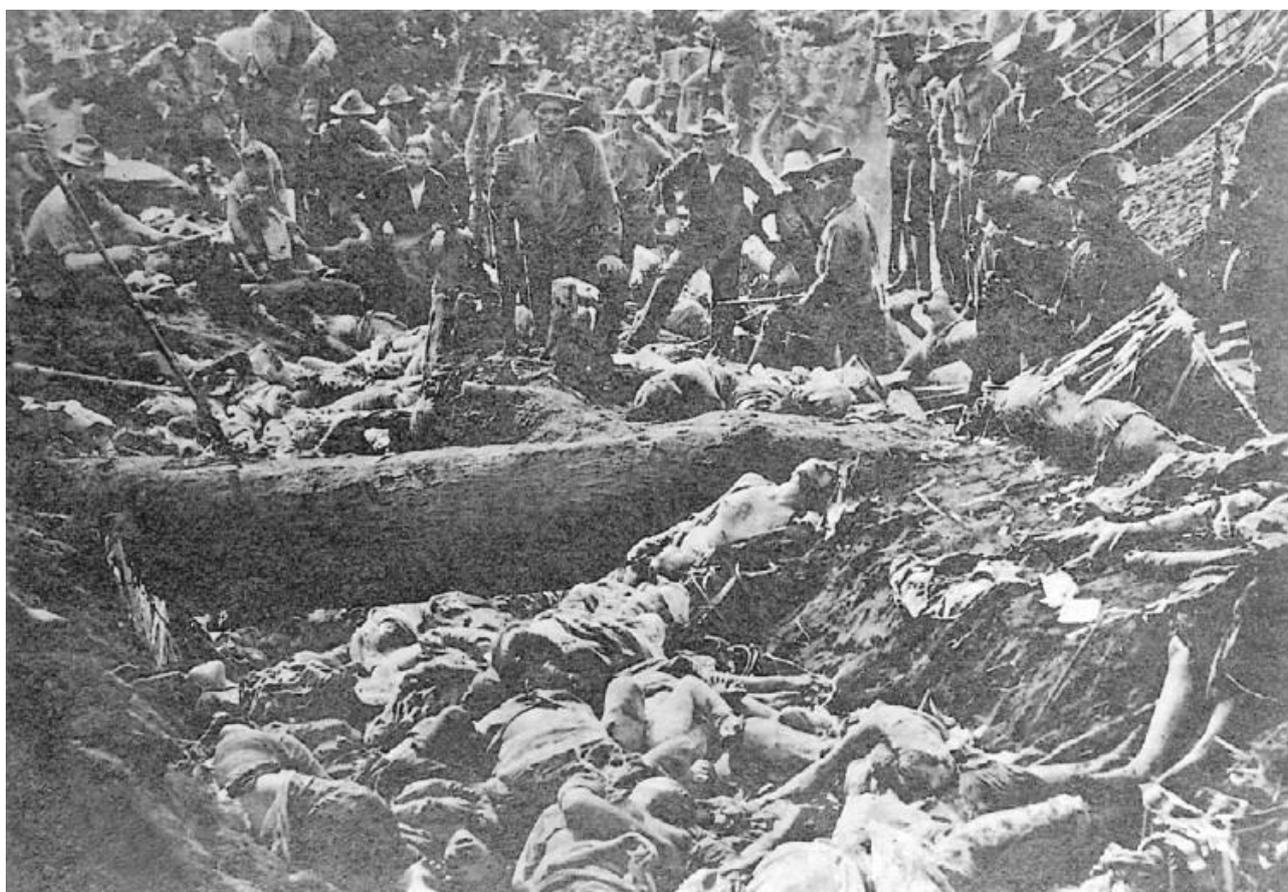


Fig.3. Bud Dajo após o bombardeio. TUCKER, Spencer. **The Encyclopedia of the Spanish-American and Philippine-American Wars: a Political, Social, and Military History**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009, p.76. O autor descreve a foto como “Insurgentes morros mortos pelas tropas dos EUA durante a Batalha de Bud Dajo”, apesar de ser perfeitamente perceptível o corpo de uma mulher, no centro.

REFERÊNCIAS

- ABINALES, P. N.; AMOROSO, Donna J. ***State and Society in the Philippines***. Oxford: Rowman & Littlefield, 2005.
- ABLETT, Philip. ***Colonialism in denial: US propaganda in the Philippine-American War***. Social Alternatives. Vol. 23 No.3, p. 22-28, terceiro bimestre, 2004.
- ANDREOPOULOS, George J. ***Genocide: conceptual and historical dimensions***. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.
- BARNES, Mark. ***The Spanish-American War and Philippine Insurrection, 1898 1902***. Nova York: Taylor & Francis, 2010.
- BARTOV, Omer. ***Mirrors of destruction***. Nova York: Oxford University Press, 2000.
- BEACHLER, Donald W. ***The genocide debate***. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.
- BOOT, Max. ***The savage wars of peace***. Nova York: Basic Books, 2002.
- CHOMSKY, Noam. ***Novas e velhas ordens mundiais***. São Paulo: Scritta, 1996.
- CONSTANTINO, R. ***The Philippines***. Quezón: Foundation for Nationalist Studies, 1975.
- DEADY, Timothy K. ***Lessons from a successful counterinsurgency***. Parameters: U.S. Army War College. Vol. 35 nº 1, p. 53-68, março de 2005.
- DYER, Thomas. ***Theodore Roosevelt and the idea of race***. Baton Rouge: LSU Press, 1992.
- ESCOBÉS, Susana. ***La masonería española en Filipinas***. Tenerife: IDEA, 2007.
- ESCUDIER, Alicia Castellanos. ***Filipinas: 1896-1898***. Madrid: Sílex, 1998.
- FEUER, A. B. ***America at War: The Philippines***. Westport: Greenwood, 2002.
- HARRIS, Susan K. ***God's arbiters***. Nova York: Oxford University Press, 2011.
- HOBSBAWM, Eric. ***Sobre História***. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ILETO, R. ***Knowing America's colony***. Havaí: Center for Philippine Studies, School of Hawaiian, Asian and Pacific Studies, 1999.
- JONES, Adam. ***Genocide***. Nova York: Routledge, 2011.
- KEENAN, Jerry. ***Encyclopedia of the Spanish-American & Philippine-American Wars***. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2001.
- LEWIN, Moshe. ***O fenômeno Gorbachev***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LINN, Brian McAllister. ***The U.S. Army and Counterinsurgency in the Philippine War, 1899-1902***. Chapel Hill: UNC Press Books, 2000.

- LONE, Stewart. *Daily lives of civilians in wartime Asia*. Westport: Greenwood, 2007.
- MILLER, Stuart. *Benevolent Assimilation*. New Heaven: Yale University Press, 1982.
- PIGAFETTA, A. *A primeira viagem ao redor do mundo*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- POWER, Samantha. *A problem from hell*. Londres: HarperCollins UK, 2010.
- QUESADA, Alejandro de. *Spanish-American War and Philippine Insurrection*. Oxford: Osprey Publishing, 2007.
- SCHIRMER, D.; SHALOM, S. *The Philippines Reader*. Cambridge: South End, 1987.
- SHAW, Martin. *What is genocide*. Cambridge: John Wiley & Sons, 2013.
- SHELTON, Dinah. *Encyclopedia of genocide and crimes against humanity*. Farmington Hills: Thomson Gale, 2005.
- SILBEY, David J. *A war of frontier and empire*. Nova York: Macmillan, 2008.
- TEBBEL, J. *America's great patriotic war with Spain*. Vermont: Marshall Jones, 1996.
- TOTTEN, Samuel; BARTROP, Paul R. (orgs). *Dictionary of genocide*. Westport: Greenwood, 2008.
- TUCKER, Spencer. *The Encyclopedia of the Spanish-American and Philippine-American Wars*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.
- WALBANK, F.W.; ASTIN, A.E.; FREDERIKSEN, M.W.; OGILVIE R.M. (orgs). *Rome and the Mediterranean to 133 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.